

CONTADORIA OU CONTROLADORIA: UMA ANÁLISE NOS MEDICAMENTOS DO COMPONENTE BÁSICO DA AF DE NOVA MUTUM - MT

*Accounting or controlling: an analysis in the drugs of the basic component of af
from NOVA MUTUM - MT*

Presline Blum da Silva¹
Juscelyny Rodrigues Leonel Correa²
Arlete Cherobini Orth³

RESUMO

As inúmeras reclamações dos usuários pela não disponibilização de determinados medicamentos, originaram a problemática desse estudo, colocando em evidência a importância de buscar informações sobre a Controladoria da Assistência Farmacêutica (AF) nos medicamentos do Componente Básico de Nova Mutum- MT. Sendo assim, objetivou-se analisar o processo de Controladoria nos medicamentos e se este processo está sendo eficiente e eficaz. Com isso foram utilizados de alguns objetivos específicos, onde se pôde observar a Controladoria ou o controle interno dos medicamentos. Assim, o estudo desenvolveu um exercício científico formal, crítico, organizando e sistematizando uma estrutura teórica que ajude a analisar a Controladoria neste âmbito. A metodologia utilizada foi o conhecimento científico, método dedutivo, quanto a abordagem uma pesquisa qualitativa, primária, quanto à natureza pesquisa básica, quanto aos objetivos descritiva e quanto aos procedimentos pesquisa documental e de campo. Com a pesquisa, observou-se que os valores repassados para as compras de medicamentos tornam-se insuficiente, que a Controladoria participa de todo processo de licitação no sentido de fiscalizar e que os valores licitados são superiores aos empenhados, pois as compras realizadas pelo processo licitatório acabam sendo mais vantajosas para os cofres públicos.

Palavras-chave: Controladoria. Contadoria. AF. Financiamento. Administração Pública.

ABSTRACT

The large number of complaints from users for not having certain medications available, started the problem of this study, emphasizing the importance of searching information about the Controllershship of Pharmaceutical Assistance (PA) in the medicines of the Basic Component of Nova Mutum-MT. As a result, the objective was to analyze the Controllershship process in medicines and this process is being efficient and effective. With that, some specific objectives were used, where it was possible to observe Controllershship or internal control of medicines. Thus, the study developed a formal scientific exercise, critical, organizing and systematizing a theoretical structure that helps to analyze Controllershship in this scope. The methodology used was scientific knowledge, a deductive method, as to the qualitative, primary research approach, as to the basic research nature, as to the descriptive objectives and as to the documentary and field research procedures. With the research, it was observed that the amounts transferred for the purchase of medicines become insufficient, that the Controllershship participates in the entire bidding process in order to inspect and that the bid amounts are higher than those committed, because the purchases made by the process bidding process end up being more advantageous for public coffers.

Keywords: Controllershship. Accounting. Pharmaceutical Assistance. Financing. Public Administration.



¹ Mestre em Ciências Empresariais, na Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT- MG, Brasil. E-mail: presline.blum@unemat.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8564-4857>

² Doutoranda em Ciências Contábeis, na FUCAPE Business School Boa Vista, Vitória - ES, Brasil. E-mail: juscelyny0408@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0766-6844>

³ Mestre em Modelagem Matemática, na Centro Universitário La Salle/ Lucas do Rio Verde - MT, Brasil. E-mail: arlete.orth@unilasallelucas.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3247-3510>



1 INTRODUÇÃO

Segundo Rebién e Amorim (2008), aperfeiçoar a utilização dos recursos disponíveis é um dos grandes desafios que os gestores públicos vêm enfrentando, pois, com o passar do tempo os recursos se tornam escassos e as despesas públicas aumentando, visto que a credibilidade administrativa de alguns governantes está sendo vista de forma negativa.

Considerando redução nos recursos e o aumento das despesas os autores supracitados, afirmam que a transparência nas contas públicas é de responsabilidade dos gestores, sendo relevante para os gestores e para a sociedade está transparência. É necessário o entendimento do direcionamento dos recursos públicos e das estratégias utilizadas para melhorar os serviços prestados à comunidade, nesse sentido, a Controladoria se torna relevante, pois oferece subsídios aos gestores para tomada de decisão.

Segundo Garcia (2003), a Controladoria está relacionada com a Contabilidade (Contadoria) e com diversas outras áreas do conhecimento, com o objetivo de estabelecer uma base conceitual de atuação contribuindo com o processo de gestão e controle da organização.

Rebién e Amorim (2008), mencionam que a Controladoria visa contribuir para que os gestores públicos procurem cumprir os programas, as metas e as ações destinadas a eles, através de sistemas que visam controlar o desenvolvimento dos serviços públicos e conseqüentemente assegurem a correta aplicação dos recursos e a preservação do patrimônio público, de forma transparente, eficiente e legal.

Com base nesse contexto, a pesquisa foi realizada em uma organização pública, cujo principal objetivo é prestar serviços à sociedade, considerando a necessidade de um controle efetivo nas organizações públicas, a Controladoria oferece esse serviço, sendo relevante verificar se a organização realiza processos de Controladoria nos medicamentos do Componente Básico e nos repasses realizados mensalmente.

Sendo assim, pelas inúmeras reclamações dos usuários pela não disponibilização de determinados medicamentos, surgiu a problemática da pesquisa colocando em evidência a importância de buscar informações sobre a Controladoria da AF (AF) nos medicamentos do Componente Básico e se este controle está sendo eficiente e eficaz. Portanto se torna pertinente o seguinte questionamento: Como ocorre o processo de Controladoria na AF e o mesmo está sendo eficiente e eficaz?

Diante disso, o principal objetivo da pesquisa é analisar o processo de Controladoria nos medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica de Nova Mutum e se este processo está sendo realizado de forma adequada, e para se chegar ao objetivo principal foi necessário demonstrar como é feito o processo de repasse anual a AF para a aquisição dos medicamentos; verificar o impacto da Controladoria com base nas licitações, e analisar os valores licitados e empenhados dos medicamentos nos últimos quatro anos.



2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Controladoria

Segundo Figueiredo e Caggiano (2008), a Controladoria surgiu no século XX, devido ao grande crescimento das empresas e organizações, em consequência desse crescimento surgiram mais informações, e é nesse contexto que a Controladoria surge para facilitar o processo de tomada de decisão tornando-se assim indispensável para as empresas.

Parar Padoveze (2010), a Controladoria caracteriza-se como a ciência contábil evoluída, sendo responsável pelo patrimônio empresarial, através de identificação, mensuração, comunicação e decisão sobre os eventos econômicos. Sendo um dos objetivos da Controladoria garantir informações adequadas aos gestores para a tomada de decisão, através dos controllers. (FIGUEIREDO; CAGGIANO, 2008)

Para Slomski (2014), o controller das entidades públicas necessita conhecer além do que foi arrecadado e gasto, é preciso mostrar para a sociedade qual foi o resultado econômico produzido pelo gasto, avaliar se os recursos estão sendo utilizados de forma correta, em todas as etapas do processo.

Padoveze (2014), afirma que a Controladoria deve agir em todas as etapas do processo de gestão de uma empresa, sendo responsável pelas informações contábeis gerenciais da empresa, considerando que determinadas informações gerenciais modelo vem de algumas crenças e valores internos referente à própria cultura.

Entretanto a Controladoria ocupa-se do controle do processo de gestão, entende-se que todas as atividades que se preocupam com os interesses da organização e protegem seu patrimônio fazem parte das funções de Controladoria, tendo em vista que o controle interno é uma das funções na qual a Controladoria se destaca dentro de uma organização em parceria com a Contadoria.

2.2 Contadoria

Sá (2007), relata que desde os primórdios do século XIX ocorre um conflito entre as funções de controle e as funções de contábeis, o que não pode acontecer Contadoria não pode ser confundida com Controladoria. Já para Borinelli (2006), existe uma ligação entre Controladoria e Contabilidade, pois a contabilidade fornece matéria-prima para a Controladoria, a contabilidade fornece informações a Controladoria para um melhor controle no processo de gestão da empresa.

Na visão de Padoveze (2010), a Controladoria e a Contabilidade têm grande interação, sendo que a Controladoria pode ser considerada como ciência contábil evoluída, a Contabilidade evoluiu a tal ponto que foi denominada Controladoria.

Diante do exposto por Sá (2007), Padoveze (2010) e Borinelli (2006), observa-se que a Contadoria é apenas uma analogia diante da Controladoria, a Controladoria tem uma função



importante, pois ela fornece informações para área contábil, para que a mesma possa gerar informações para tomada de decisão mais eficiente. Em contrapartida também pode-se afirmar que a Contabilidade fornece matéria-prima para a Controladoria, as duas andam juntas no que diz respeito a tomada de decisão dentro do ambiente organizacional da administração privada ou pública.

2.3 Administração Pública

Segundo Bond (2007), a organização da administração pública consiste em estruturar as entidades que irão prestar serviços e satisfazer as necessidades da comunidade. Atualmente a gestão pública tem enfrentado diversas mudanças e inovações, se preocupando mais com o desempenho dos servidores, com os resultados obtidos, iniciaram a busca por padrões, incorporando técnicas das empresas do setor privado para o público buscando sempre a melhoria contínua em todos processos internos, onde pode-se citar o processo de compras.

Para realizar compras na administração pública é necessário o processo licitatório, Piscitelli (2010), menciona que o processo licitatório tem suas modalidades: Concorrência; Tomada de Preços; Convite; Concurso; Leilão e Pregão. Andrade (2010) descreve que o objetivo da licitação é garantir a igualdade de condições, e escolher a melhor proposta para o serviço público para adquirir bens e serviços, garantindo a continuidade do serviço público.

Piscitelli (2010) explica que a licitação é uma forma de haver competitividade entre diversos fornecedores, onde o ganhador se compromete a cumprir o que foi acordado no contrato, a licitação serve para selecionar a compra do serviço ou produto mais vantajoso para a organização pública, considerando que nesse processo a Controladoria tem um trabalho importante, a de fiscalizar o processo desde a elaboração do edital até o processo final..

Sendo necessária para a aquisição de bens ou serviços nas entidades públicas ocorrerá o processo licitatório para que ocorra concorrência, e todos possam participar de forma igualitária, em consequência a administração pública possa selecionar a proposta mais vantajosa, nesse processo a Controladoria trabalha de forma efetiva. Para compras de medicamentos utilizados na AF é utilizado o processo licitatório.

2.4 Assistência Farmacêutica

De acordo com Nascimento (2010), a AF, facilita o acesso dos medicamentos a população, o Ministério da Saúde de acordo com a Política Nacional de AF, vem criando várias ações para que a AF seja gerida com qualificação e promova o acesso racional dos medicamentos, correlacionando informações e assim possibilitando um maior controle e uma melhor aplicação financeira dos recursos disponibilizados.

Conforme Brasil (2007a), a AF engloba diversas atividades relacionadas com o medicamento, que visam apoiar as ações de saúde demandadas por uma comunidade, estão



correlacionadas as áreas de abastecimento de medicamentos, incluindo todas as etapas do processo desde a conservação e o controle de qualidade, a segurança e a eficácia terapêutica dos medicamentos, o acompanhamento e a avaliação da utilização, a educação permanente dos profissionais de saúde, do paciente e da comunidade para assegurar o uso racional de medicamentos.

Segundo estabelecido na Portaria GM/MS nº 204/2007, as três esferas de gestão do SUS e os pactuados na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) que é uma instância de articulação e pactuação na esfera federal, que atua na direção nacional do SUS, os mesmos são responsáveis pelo financiamento da AF, os recursos financeiros federais são repassados na forma de blocos de financiamento, entre os quais o Bloco de Financiamento da AF, sendo constituído por três componentes: Componente Básico, Componente Estratégico e Componente de Medicamentos de Dispensação Excepcional. O objetivo do Componente Básico da AF é a compra de medicamentos e insumos na esfera da atenção básica em saúde., considerando que esse componente é o foco da pesquisa.

Segundo Brasil (2009), o Ministério da Saúde transfere recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos municipais, estaduais e do Distrito Federal, considerando os valores e critérios estabelecidos. Os fundos de saúde são contas bancárias especiais, que existem nas três esferas do governo, para possíveis movimentações financeiras.

Os fundos auxiliam o gestor no planejamento, acompanhamento de onde se originam as receitas, valores disponíveis, datas de ingresso dos recursos, despesas realizadas e rendimentos das aplicações financeiras. Já as pactuações são compromissos assumidos pelos gestores, para garantir que as aplicações dos recursos sejam realizadas de forma correta. (BRASIL, 2007b).

3 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi baseada no conhecimento científico, esse conhecimento se caracteriza como metódico, passível de demonstração e comprovação. Quanto ao método científico utilizou-se o método dedutivo, pois parte de princípios reconhecidos como verdadeiros, para se chegar a conclusões.

Quanto à abordagem da pesquisa, a mesma é qualitativa pois explica os resultados obtidos através da entrevista realizada. A entrevista foi realizada com o responsável pelo departamento de AF, da Controladoria e com a contadora da Secretaria de Saúde, caracterizando-se como uma pesquisa primária pela forma de coleta de dados.

Quanto à natureza da pesquisa caracteriza-se como pesquisa básica, pois responde questionamentos para ampliar o conhecimento. Quanto ao objetivo é uma pesquisa descritiva, a pesquisa descritiva mostra o conhecimento sobre o assunto e proporciona uma nova visão sobre a realidade. Considerando que o objetivo da pesquisa é analisar o processo de Controladoria nos medicamentos do Componente Básico da AF da Farmácia Municipal Central de Nova Mutum e se este processo está sendo realizado de forma eficiente e eficaz, a pesquisa irá descrever todo



esse processo com base na coleta de dados.

Quanto aos procedimentos se caracteriza como pesquisa documental, considerando a análise de processos licitatórios, e documentos das compras realizadas., e pesquisa de campo, considerando a coleta de dados através da entrevista.

3.1 Delimitação da Pesquisa

Este estudo delimitou-se em analisar se a Controladoria nos medicamentos do Componente Básico da AF de Nova Mutum-MT no período de 2012 a 2015.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo foi realizado na Controladoria da Prefeitura Municipal de Nova Mutum –MT, onde foi analisado como ocorria o processo da Controladoria dentro da AF, mais especificamente com as compras realizadas pela AF no componente básico. Entende-se por componente básico os medicamentos essenciais para a população, podendo ser adquiridos somente por processo licitatório.

Nesse sentido, a pesquisa sobre o processo de Controladoria na AF, buscou analisar o montante de repasse destinado a compra dos medicamentos do componente básico, os valores gastos com as compras dos medicamentos e o controle do processo licitatório.

O processo de repasse anual ocorre de maneira tripartite, os recursos são repassados do Governo Federal, Estadual e Municipal. Mensalmente as três esferas realizam estes repasses, porém ocorrem atrasos, não havendo uma data definida para realização dos repasses.

A Tabela 1 demonstra os valores repassados para compra de medicamentos nas três esferas.

Tabela 1 – Valores de repasse por habitante(hab)/ano nas três esferas

| Portaria | Federal/hab/ano | Estadual/ hab/ano | Municipal/ hab/ano |
|-----------|-----------------|-------------------|--------------------|
| 4217/2010 | R\$ 5,10 | R\$ 1,86 | R\$ 1,86 |
| 1555/2013 | R\$ 5,10 | R\$ 2,36 | R\$ 2,36 |

Fonte: Adaptado de Portarias 4217/2010 e 1555/2013.

O valor destinado a saúde na sua totalidade na esfera municipal tem um percentual de 15% a 29%, considerando para cálculo a arrecadação que o município terá naquele ano, ressalta-se que este valor é ultrapassado rotineiramente. A Tabela 2 apresenta a arrecadação municipal e o percentual desse montante destinado a saúde.

**Tabela 2- Arrecadação Anual Municipal e percentual da saúde**

| Ano | Arrecadação Municipal | Saúde 15% |
|------|-----------------------|------------------|
| 2012 | R\$90.098.502,82 | R\$13.514.775,42 |
| 2013 | R\$87.329.379,92 | R\$13.099.406,99 |
| 2014 | R\$103.519.503,39 | R\$15.527.925,50 |
| 2015 | R\$129.669.334,65 | R\$19.450.400,19 |

Fonte: Elaborado pelo autor e adaptado do Site da Prefeitura Municipal de Nova Mutum- Portal da Transparência (2016) e Adaptado do site do IBGE - Estimativas de População de Nova Mutum-MT.

O cálculo para repasse do recurso federal, estadual e municipal é realizado com base na população que está estipulada na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), porém, a última CIT foi à do ano de 2013, de 2012 até 2015 ocorreu o crescimento populacional, sendo então recomendado utilizar a população do ano anterior, ressalta-se que são estimativas de população, pois o último censo do IBGE foi atualizado somente em 2010. A Tabela 3 demonstra os recursos da esfera federal, estadual e municipal dos anos 2012 a 2015, relacionando com a população do IBGE.

Tabela 3- Recursos da esfera federal, estadual e municipal nos anos de 2012 a 2015

| Recursos Federal, Estadual e Municipal | | | | | | | |
|--|-----------|-----------|-----------------|-------------------------|-------------------------|----------------------|-----------------|
| Anos | Esfemas | Pop. IBGE | R\$/hab/ano | R\$ Repasse | R\$ Repasse efetuado | Diferença | R\$/hab |
| 2012/11 | Federal | 33.034 | R\$ 5,10 | R\$ 168.473,40 | R\$ 137.057,40 | -R\$ 31.416,00 | R\$ 4,15 |
| | Estadual | | R\$ 1,86 | R\$ 61.443,24 | R\$ 58.837,44 | -R\$ 2.605,80 | R\$ 1,78 |
| | Municipal | | R\$ 1,86 | R\$ 61.443,24 | R\$ 95.465,04 | R\$ 34.021,80 | R\$ 2,89 |
| 2013/12 | Federal | 34.374 | R\$ 5,10 | R\$ 175.307,40 | R\$ 165.855,40 | -R\$ 9.452,00 | R\$ 4,83 |
| | Estadual | | R\$ 2,36 | R\$ 81.122,64 | R\$ 24.552,12 | -R\$ 56.570,52 | R\$ 0,71 |
| | Municipal | | R\$ 2,36 | R\$ 81.122,64 | R\$ 147.145,16 | R\$ 66.022,52 | R\$ 4,28 |
| 2014/13 | Federal | 36.659 | R\$ 5,10 | R\$ 186.960,90 | R\$ 168.473,40 | -R\$ 18.487,50 | R\$ 4,60 |
| | Estadual | | R\$ 2,36 | R\$ 86.515,24 | R\$ 43.286,38 | -R\$ 43.228,86 | R\$ 1,18 |
| | Municipal | | R\$ 2,36 | R\$ 86.515,24 | R\$ 148.231,60 | R\$ 61.716,36 | R\$ 4,04 |
| 2015/14 | Federal | 38.206 | R\$ 5,10 | R\$ 194.850,60 | R\$ 154.433,95 | -R\$ 40.416,65 | R\$ 4,04 |
| | Estadual | | R\$ 2,36 | R\$ 90.166,16 | R\$ 58.470,21 | -R\$ 31.695,95 | R\$ 1,53 |
| | Municipal | | R\$ 2,36 | R\$ 90.166,16 | R\$ 162.278,76 | R\$ 72.112,60 | R\$ 4,25 |
| Total | | | | R\$ 1.364.086,86 | R\$ 1.364.086,86 | | |

Fonte: Elaborado pelo autor e adaptado dos sites do Fundo Nacional da Saúde; Secretaria Estadual de Saúde- Mato Grosso e Prefeitura Municipal de Nova Mutum-MT- Transparência para Municípios.

No âmbito federal o valor a ser repassado é de R\$ 5,10 por hab/ano e no âmbito estadual e municipal conforme as Portarias citadas anteriormente (4217/2010) são de R\$ 1,86 por hab/ano em 2012 e após a Portaria 1555/2013 até os dias atuais é de 2,36 por hab/ano, porém isso acaba não ocorrendo com periodicidade, os valores de repasse são sempre superiores em relação aos valores do repasse efetuado. Ocorre-se que no âmbito municipal é que o valor de repasse das outras duas esferas não é repassado, sendo repassado um valor a menor do valor estipulado nas Portarias (4217/2010 e 1555/2013), em consequência acaba ocorrendo um aumento no valor do



repasso do município para a aquisição de medicamentos.

A partir de 2014 a utilização desses recursos começaram a serem otimizados, devido a contratação de uma contadora por parte da Secretaria de Saúde, onde a mesma pôde observar que os repasses realizados da esfera federal e da estadual poderiam ser utilizados de forma mais eficiente.

Em seguida buscou-se atender ao segundo objetivo específico, inicialmente é relevante entender como se dá a escolha dos medicamentos do componente básico que serão licitados. A escolha se dá através de uma assembleia que reúne alguns profissionais de saúde nos quais se destacam os médicos, enfermeiros e farmacêuticos, os mesmos analisam através de relatórios fornecidos pelo sistema de informação quais medicamentos teve maior demanda no ano anterior e também analisam quais são as patologias mais frequentes no município, através dessas análises é possível observar quais medicamentos serão mais utilizados, a partir desse momento é realizado a Relação Municipal de Medicamentos (REMUME).

A observação in loco da licitação foi realizada nos meses de março e abril de 2017, a licitação se inicia com o credenciamento dos interessados, em seguida ocorre o recebimento das propostas. O pregoeiro expõe a proposta de cada empresa, o qual será registrado no sistema informatizado logo em seguida o sistema classifica as três menores propostas, que são uma e em seguida mais duas propostas aquelas cujos preços se situem dentro do intervalo de 10% acima da primeira. Iniciam-se os lances verbais, a ausência de lance verbal não impede a continuação da sessão para a etapa de julgamento e classificação, que nesse caso examinará as ofertas escritas.

Posteriormente é realizado o julgamento da proposta de menor preço, ela define como vencedor o licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. No caso de participante que não tenha apresentado lance verbal, é classificada a proposta por escrito apresentada inicialmente.

Após encerrada a etapa de competição entre propostas de preço, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver apresentado a melhor proposta julgada. Caso a documentação do licitante que apresentou a melhor proposta não esteja em conformidade pode resultar na inabilitação do licitante, caso isso ocorra, deverão ser examinados em seguida, os documentos de habilitação dos próximos participantes.

A adjudicação do licitante vencedor é realizada pelo pregoeiro, ao final da sessão do pregão, não havendo manifestação dos participantes no sentido de apresentar recurso, caso ocorra à intervenção de recurso. A homologação da licitação é realizada após a decisão dos recursos e confirmada a regularidade de todos os procedimentos adotados.

O controlador interno não participa da licitação, ele analisa o edital antes que ele seja lançado para validar o processo, a partir desse momento o edital é disponibilizado no portal da transparência e após todo o processo de licitação ter ocorrido o controlador interno confere os preços, a quantidade licitada, analisa a quantidade licitada com a REMUME. O controlador interno analisa todos os processos de compra, bem como, controla todos os processos realizados dentro da Prefeitura Municipal de Nova Mutum, para se certificar que os processos estão dentro



das conformidades exigidas através de resoluções ou leis. A Tabela 4 faz um comparativo dos valores e empenhados nos anos de 2012 a 2015.

Tabela 4- Valores Licitados X Empenhados nos anos de 2012 a 2015

| Ano | Licitado | Empenhado |
|--------------|------------------------|------------------------|
| 2012 | R\$94.267,00 | R\$180.702,51 |
| 2013 | R\$323.083,72 | R\$285.042,80 |
| 2014 | R\$370.115,60 | R\$333.215,51 |
| 2015 | R\$355.935,50 | R\$254.032,10 |
| Total | R\$1.078.044,82 | R\$1.052.992,92 |

Fonte: Elaborado pelo autor e adaptado das atas de licitação da Prefeitura de Nova Mutum – MT (2016).

Sendo expostos os valores licitados e empenhados no decorrer dos quatro anos, o último objetivo da pesquisa consequentemente foi respondido, onde pode-se observar que no ano de 2012 a 2014 ocorreu um aumento nas licitações e nos valores empenhados sendo o montante que o governo reserva para ser pago quando o bem for entregue ou o serviço concluído. No ano de 2012 não foram disponibilizadas todas as informações, em razão da troca de sistema de informação.

No ano de 2015 houve uma redução nos valores tanto do licitado quanto do empenhado, pois foi realizada uma adequação dos medicamentos a serem licitados em relação à apresentação dos medicamentos dos anos anteriores, no entanto, ocorreu um aumento na aquisição das quantidades dos medicamentos.

4 CONCLUSÃO

Este estudo analisou o processo de repasse anual para a aquisição dos medicamentos do Componente Básico da AF, o impacto da Controladoria com base nas licitações e a aquisição e controle dos medicamentos do Componente Básico do município de Nova Mutum - Mato Grosso

Para isso, foram analisadas as Atas de Licitação e os Relatórios Financeiros referentes à aquisição de medicamentos realizada pela Secretaria Municipal de Saúde no período de janeiro a dezembro dos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015. Constatou-se que no município de Nova Mutum, as transferências da União e do Estado não ocorreram com a periodicidade pactuada, os repasses da esfera Federal e Estadual não estão em conformidade com as portarias mencionadas.

Conforme o que foi estabelecido na Portaria GM/MS nº 204/2007, sobre o repasse das três esferas (municipal, estadual e federal), observou-se que o município utilizou uma grande quantia do repasse do município para aquisição dos medicamentos do Componente Básico, considerando que os repasses das outras duas esferas foram realizados em valor a menor conforme demonstra o Fundo Municipal de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e Prefeitura Municipal de Saúde. O valor utilizado para compra de medicamentos é relativamente superior



aos repasses realizados pela esfera federal e estadual, dessa forma, a esfera municipal absorve essa despesa para que seja realizada as compras dos medicamentos conforme a necessidade da população.

Com relação ao impacto da Controladoria nas licitações, foi possível observar que o controlador interno, analisa e avalia todo processo antes e após o processo licitatório, confirmando o que Slomski (2014) menciona, o responsável pela Controladoria denomina-se controller que precisa conhecer além do que foi arrecadado e gasto.

Na análise do que foi licitado e empenhado nos anos de 2012 a 2015, ocorreram oscilações se comparado essas duas situações, considerando que o empenhado é o montante reservado para efetuar o pagamento planejado, observa-se que as licitações são realizadas em um montante superior ao empenhado, pois caso ocorra a necessidade da compra de um volume maior de medicamentos em determinado período as licitações são as fontes mais seguras para garantir a proposta mais vantajosa para administração pública, nesse sentido a Controladoria trabalha efetivamente para garantir essa otimização

Observou-se que o Controle Interno juntamente com a Contabilidade e a AF estão trabalhando em conjunto para uma melhor utilização e otimização dos recursos disponíveis, os recursos são disponibilizados das três esferas, formando um elo, os recursos financeiros destinados a saúde são transferidos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos municipais, estaduais e do Distrito Federal, tendo como base valores e critérios previamente estabelecidos (BRASIL, 2009).

Esta pesquisa justifica-se pela sua contribuição no âmbito público, onde serão analisados como ocorre este controle interno. A relevância científica traz contribuições no sentido de proporcionar respostas aos problemas propostos ou ampliar as formulações teóricas a esse respeito. Como contribuição social esta pesquisa mostra de forma transparente aos interessados como é realizada a Controladoria na AF dos medicamentos do Componente Básico, como é controlado o repasse anual, demonstrando a realidade do setor público em relação à AF.

Ao concluir este trabalho, nota-se que somente alguns passos foram dados no sentido de alcançar um panorama mais completo sobre o assunto Controladoria, tamanha é sua complexidade e abrangência. O que se espera é que outros trabalhos sigam a este com o propósito de encontrar novos e melhores achados do que os obtidos aqui. Sugere-se que seja realizada uma pesquisa mais abrangente relacionada ao impacto da Controladoria em todos os blocos da AF, utilizando as leis que respaldam tal controle.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 3. Ed.- 3. Reimp.- São Paulo: Atlas,2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002a.



_____. **NBR 6024**: numeração progressiva das seções de um documento. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6028**: Informação e documentação - Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6032**: abreviações de títulos de periódicos e publicações seriadas. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002b.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

BOND, Maria Thereza. **Práticas Profissionais na Gestão Pública**. São Paulo: Ibpeex. 2007.

BORINELLI, Marcio Luiz. Tese de Doutorado. **Estrutura Conceitual Básica de Controladoria**: sistematização à luz da teoria e da práxis. Universidade Federal de São Paulo. São Paulo. 2006. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/.../tesemarcioborinelli.pdf. Acesso: 03 abr. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **AF no SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde**. Brasília: CONASS, 2007a, p.14 á 60.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A Gestão da Saúde nos Estados: Avaliação e Fortalecimento das Funções Essenciais**. Brasília: CONASS, 2007b, p. 17 à 81.

_____. Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. **Reflexões aos Novos Gestores Municipais de Saúde**. Brasília: Conasems, 2009, p. 10 à 185.

_____. Lei nº 1780, de 16 de junho de 2014. **Dispõe sobre a Reestruturação do Sistema de Controle Interno Do Município e dá outras Providências**. Nova Mutum, MT. Gabinete do Prefeito. 2014.

FIGUEIREDO, Sandra. CAGGIANO, Paulo César. **Controladoria Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2008.

GARCIA, Editinete André da Rocha. **Modelo de Controladoria para empresas do ramo de construção civil, subsector edificações sob a ótica da gestão econômica**. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

IBGE. **Estimativas da População**. 2011,2012,2013 e 2014. Disponível em:<www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa>. Acesso: 06 mar. 2017.

LAKATOS, Eva, Maria.; MARCONI, Marina de. Andrade. **Fundamentos Metodologia Científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.



MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria GM/MS n.204, de 29 de janeiro de 2007. **Regulamenta o Financiamento e a Transferência dos Recursos Federais para as Ações e os Serviços de Saúde, na Forma de Blocos de Financiamento, com o Respeetivo Monitoramento e Controle.** Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

_____. Portaria GM/MS n. 4217, de 28 de dezembro de 2010. **Aprova as Normas de Financiamento e Execução do Componente Básico da AF.** Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

_____. Portaria GM/MS n. 1555, de 30 de julho de 2013. **Dispõe sobre as Normas de Financiamento e de Execução do Componente Básico da AF no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

NASCIMENTO, José Miguel Júnior. **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais:** Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de AF e Insumos Estratégicos.-7. ed.- Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria Avançada.** 1.ed. São Paulo: Cengage Learning,B 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria Básica.** 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade Pública:** uma abordagem da administração financeira pública- 11 ed. São Paulo: Atlas,2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM. **Portal da Transparência.** Nova Mutum. 2016. Disponível em: <http://www.novamutum.mt.gov.br>. Acesso: 06 jun. 2017.

REBIÉN, Airton Roberto; AMORIM, Adriana Viegas de. **Controladoria na Administração Pública Municipal.** Unilasalle. Rio Grande do Sul. 2008. Disponível em: http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/136.pdf. Acesso: 15 ag. 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Antônio Lopes de. **Controladoria ou Contadoria.** 2007. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/importancia-Controladoria.htm>. Acesso: 05 jun. 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. **Transparência para Municípios.** 2016. Disponível em: <http://www.saude.mt.gov.br/aplicativo/fundoafundo/>. Acesso: 06 mar. 2017.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e Governança na Gestão Pública.** 1.ed- 6. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.

Recebido em: 03/10/2020

Aceito em: 15/07/2021

Publicado em: 08/2021